

# **PRÁTICAS DE CLIENTELISMO, EDUCAÇÃO PLANEJADA E O SONHO DA REDENÇÃO HUMANA EM TORNO DO Plameg – Plano de Metas do Governo**

**Virgílio Távora (Ceará, 1963-66)**

FRANCISCO EGBERTO DE MELO\*

Identificam-se as motivações desta pesquisa a partir do acervo de Virgílio Távora<sup>1</sup> complementado com outras fontes: leis, mensagens e decretos e jornais de época<sup>2</sup> realizada na perspectiva de uma História Cultural e Política da Educação. Buscamos fazer uma história da educação como um ponto de teia que tece a história cultural das políticas educacionais e por ela é tecida. Uma história de cultura política e educacional que envolve disputas em torno do poder decisório e ampliação ou não dos atores políticos como sujeitos individuais e coletivos inseridos num momento no qual o Estado propunha uma educação pública escolar que popularizasse o ideário de modernidade, modernização e progresso. Porém, em que se pese os esforços de alguns educadores e gestores, quase sempre decepcionou as camadas menos favorecidas da sociedade por não lhes atender os anseios. Tempo de êxodo rural sem que as esperanças e angústias dessas “aves de arribação” fossem atendidas e superadas. Época na qual a universalização da escola pública era defendida por diversos seguimentos sociais, embora em campos e objetivos diferentes.

Para nós, dois destes grupos mereceram destaque. O primeiro defendia a escola voltada para a preparação de mão de obra para atender às demandas do projeto desenvolvimentista, tendo a frente no Estado do Ceará o coronel Virgílio Távora, formado pela Escola do Estado Maior do Exército, à época governador, um dos principais protagonistas da História Política brasileira entre os anos de 1950 e 1980. Outro grupo defendia uma escola voltada para a pedagogia freireana, sendo composto

---

\* Professor do Departamento de História da Universidade da Regional do Cariri (URCA-CE), Graduado em História, Mestre em História Social pela (UFC) e Doutorando em Educação Brasileira, na área de História e Memória da Educação pela Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação do Ceará (UFC/FACED).

<sup>1</sup> O acervo Virgílio Távora pode ser encontrado no Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza.

<sup>2</sup> Além das leis, mensagens e decretos encontrados no Acervo Virgílio Távora são feitas pesquisas em outros arquivos, como na Secretaria de Educação do Estado do Ceará, localizado no Palácio do Governo, conhecido como Palácio do Cambéba, Fortaleza; Já os jornais são pesquisados no setor de hemeroteca da Biblioteca Pública Meneses Pimentel, na avenida Leste Oeste, Fortaleza.

por diversos educadores, que participaram da reformulação curricular do estado culminando com a elaboração do “Livro da Professora”<sup>3</sup>, que, juntamente como o “Plano de Metas de Governo” (Plameg), tornou-se nossa principal fonte de investigação e seus elaboradores tão protagonistas quanto Virgílio.

Na ponta desse debate, encontravam-se os pais de alunos preocupados em educar seus filhos para que os mesmos adquirissem respeitabilidade social. Assim, pesquisar sobre o primeiro governo de Virgílio Távora (1963-66) é identificá-lo como representação de diversos projetos políticos há muito tempo arquitetados por variados grupos sociais e políticos para resolver o problema das desigualdades sociais e regionais do Brasil. No geral, estes projetos se identificavam com a ação intervencionista do Estado voltada para o ideário de modernidade da época, embora, também neste aspecto, não houvesse unanimidade: havia desde os que acreditavam no nacional-desenvolvimentismo aos que postulavam a revolução burguesa nacional com vistas à futura revolução do proletariado e superação das relações capitalistas de produção.

Seguindo os postulados de Braudel, e sua obra sobre o Mediterrâneo, identificamos três níveis de análise e de unidade de tempo para pensarmos uma História da Educação no Ceará e no Brasil no início dos anos de 1960: a longa duração dominada pelo meio geográfico, no nosso caso, o semiárido nordestino; a média duração voltada para a vida social, no que nos compete as práticas e *habitus* de mandonismo local; e o evento, o efêmero, a política, o Plameg e a reforma curricular intentada no governo de Virgílio Távora, equiparados à espuma do mar (BRAUDEL, 1983: 25-26).

No entanto, não assimilamos o modelo exato de Braudel, preferimos um espaço menor, o Ceará no contexto do semiárido nordestino. Por outra, não identificamos o geográfico como o fator determinante, mas damos-lhe a devida importância. Seguimos os passos de Emmanuel Le Roy Ladurie e Pierre Goubert. Reduzimos a escala de pesquisa para o espaço local, ao mesmo tempo em que demos ênfase à vida dos indivíduos inseridos na história social, econômica, política, cultural e intelectual interligadas pela experiência histórica e inseparáveis, sem que haja um grau de

---

<sup>3</sup> Dentre os professores envolvidos nas reformas curriculares do Ceará no governo de Virgílio Távora merecem destaque ainda: Luiza de Theodoro, Eduardo Diatahy, Valnir Chagas, Edgar Linhares, Isolda Castelo Branco e Lauro de Oliveira Lima.

determinação de qualquer um<sup>4</sup>. Preferimos as mediações da cultura política e escolar não como um nível dependente, mas como componente determinante e determinado da e pela realidade social na qual se insere.

A análise dos anos de 1960, no Ceará, o estado mais semiárido do semiárido nordestino, nos permite afirmar que, diante das ameaças de esgarçamento dos sustentáculos do Estado, as massas populares tiveram suas conquistas educacionais ampliadas, ao menos em quantidade. Quando Virgílio Távora assumiu, em 1963, o déficit de escolaridade entre 7 e 11 anos era de 283.000 matrículas, em 1964 caiu para 210.000, em 1965 era 196.000 e em 1966 de 181.000<sup>5</sup>.

Assumimos o risco de fazermos uma História de tempo presente e ao retornarmos aos condicionantes do passado e arbitrarmos o que considerarmos importante, ou não, nos envolvermos em valores determinados pelo nosso contexto. Porém, entendemos que não é o distanciamento temporal entre sujeito e objeto que garante a imparcialidade, nem a almejamos. Se considerarmos a aceleração histórica nos últimos setenta anos, veremos que a distância histórica que nos separa de nosso objeto é bem maior do que a que separava os historiadores dos anos de 1960 e pesquisavam o século XIX, ou mesmo XVIII.

Feitas estas considerações, podemos retornar às dimensões de tempo da qual nos ocupamos anteriormente. Para nos reportarmos à *longue durré* e investirmos “em uma história de longa duração, de períodos mais alargados e estruturas que se modificavam de maneira mais lenta e preguiçosa” (SCHWARTCZ, 2001: 9), é de bom alvitre lembrar os condicionantes socioeconômicos e culturais do espaço hoje delimitado como Ceará, cuja colonização foi resultante da criação de gado ao longo dos vales dos rios, especialmente nas bacias do Jaguaribe e Acaraú (GIRÃO, 1947).

Desde os primórdios de inserção na produção voltada para as necessidades de mercado, que, por cerca de dois séculos, estas terras foram usadas de forma complementar a produção açucareira litorânea. No final do século XIX, assim como nas

---

<sup>4</sup> Sobre a redução da escala espacial para estudos históricos podem-se referenciar os trabalho de Emmanuel Le Roy Laduire, como sua tese de doutorado *Paysans de Languedoc de Les* e publicada em livro com o título *Os camponeses de Languedoc*, 1966. Le Roy Laduire preocupou-se com uma história dos eventos (*èvenementielle*) e com as biografias, enquanto Braudel as considerava irrelevantes. Também merece destaque a obra de Pierre Goubert sobre História Local e Biografia, como *Mazarin*, Paris, Fayard, 1990.

<sup>5</sup> Dados do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE), segundo o Plano de Ação Integrada do Governo (PAIG) – 1967-1970 – Governo Plácido Aderaldo Castelo, sucessor de Virgílio Távora.

demais regiões do sertão semiárido nordestino, o Ceará manteve seu papel de complementaridade e periferia fornecendo algodão, óleos e ceras vegetais. Enquanto o sudeste se industrializava, o semiárido voltava-se à exportação de matérias-primas e se tornava mercado consumidor da produção industrial daquela região. Ao longo dos tempos O Ceará foi-se afirmando como uma das áreas mais pobres do país colocando-se numa situação consideravelmente desvantajosa em relação às demais províncias, como afirma Lemenhe, o estado ficava:

*Sujeito às vicissitudes do mercado externo, aos limitados recursos tecnológicos envolvidos na produção e transporte, que inviabilizavam aumentos da produtividade, ganhos em economia de escalas, e não provendo de meios de defesa contra as secas, o processo de crescimento foi limitado e descontínuo (LEMENHE, 1991: 100).*

Ao longo do século XX, as crises constantes ocasionadas pelas intempéries e/ou pelos desmandos do mercado levavam verdadeiros exércitos de mão de obra para os quatro cantos do país, primeiro para a extração da borracha na Amazônia, depois para as indústrias do Sudeste. Havia ainda um deslocamento populacional interno, boa parte das vítimas migrava para Fortaleza criando-se uma cultura de que a cidade-capital seria a salvação, o local de emprego e de melhoria de vida, pois era lugar de trabalho e de educação escolar. O que quase sempre não ocorria, forçando a uma constante exigência do poder público de dar respostas às demandas impostas por esta pressão populacional.

Assim, a sociedade do semiárido se formou de configuração dispersa nas fazendas de criar gado, de plantar algodão, café ou de extrativismo. Estas unidades de produção, ao longo do período colonial e imperial, tornaram-se centros de culturas do poder econômico, político e social. A inauguração da República não eliminou o poder dos senhores de terras que se mantinha pela força das armas, da detenção dos equipamentos de produção e das alianças de clientelas e extensas parentelas. Onde o poder do Estado não chegava predominava o poder destes senhores e, aonde chegava, eram eles seus executores. Tais especificidades do sertão nordestino tem gerado considerável produção acadêmica, mas ainda são escassas as pesquisas mais aprofundadas sobre as relações de poder que se estabeleceram na região, especialmente quando a produção historiográfica no campo da História Política sofreu considerável redução em todo o mundo, depois dos anos de 1980. Ainda carecem estudos mais

próximos da realidade regional, gerando quase sempre concepções idealizadas e incrustadas no senso comum.

Nos meios de comunicação de massa, na produção literária, erudita ou popular, de cordel ou não, e mesmo em algumas produções acadêmicas, geralmente, o sertão nordestino é destacado pelo seu caráter “exótico”, ou de um povo que passa fome e vive a comer peixe com farinha, ou lagartixas para sobreviver às secas. Por outra, a caatinga é lembrada a partir das representações do justiceiro Lampião, da comunidade de Canudos de Antônio Conselheiro e seus similares como o Caldeirão, do Beato José Lourenço, e Pau de Colher, ou do Padre Cícero milagreiro; ou pelas imagens emblemáticas do Fabiano, de *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e dos retirantes da seca de *O Quinze*, de Raquel de Queiroz. Esta produção gerou a “Invenção do Nordeste” como bem salientou Muniz (2001). Dentre os muitos personagens criados, recriados e mitificados desse espaço, ganhou lugar e se fixou a imagem do coronel, sujeito emblemático do sertão nordestino e, evidentemente, do Ceará.

O tratamento dado aos coronéis pelos cientistas políticos, historiadores e sociólogos não tem sido diferente do que já foi citado. O coronel ganhou lugar de destaque com intelectuais como Victor Nunes Leal no clássico de 1949, *Coronelismo, enxada e voto*; Em 1958, foi a vez de Raymundo Faoro, em sua tese clássica de *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*, reforçando a tese de que o coronelismo tem origem no Império, mas ganha respaldo na República, cimentando a cultura do patrimonialismo; vinte anos depois, foi a vez de Maria Isaura Pereira de Queiroz com *O mandonismo local na vida política brasileira*; e, um pouco mais recente, mas sem se diferenciar muito dos antecessores, em obra mais popular e bastante lida nos cursos de graduação no final do século passado, Maria de Lourdes M. Janotti, em 1981, com *O coronelismo: uma política de compromissos*.

Assim, cristalizou-se a imagem dos coronéis do sertão nordestino que, juntamente com seus aliados oligárquicos, ao recusarem os padrões de modernização das relações capitalistas, foram responsáveis pelo atraso e subdesenvolvimento e pela vida precária dos nordestinos, dando origem a uma sociedade, classificada por Celso Furtado como “passiva, inapta de organização política, insegura, imóvel e estagnada economicamente” (FURTADO, 1997: 50). Para estes intelectuais, os coronéis usaram a manutenção das relações de poder de forma tradicional para garantir seus poderes e

privilégios inalterados (DOMINGOS NETO, 2010: 22) tornando-se os principais entraves para o desenvolvimento da Região. Para tanto, evitaram, por exemplo, a modernização escolar, como forma de manter os sertanejos encabrestados e reféns do jogo político das elites agrárias contrárias à modernidade.

Segundo parte desta historiografia corrente, Getúlio Vargas teria dado início ao fim do coronelismo, notadamente a partir do Estado Novo, com sua política de intervenção modernizante pelo alto. No final dos anos de 1950, As ações modernizadoras teriam se intensificado por todo país, notadamente com o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitscheck, enquanto a situação do Nordeste se agravava ainda mais, notadamente com os efeitos da seca de 1958 e a manutenção das relações tradicionais da política com o voto de cabresto e o exercício do poder originado na força da propriedade da terra. Nesta perspectiva, O início dos anos de 1960 teria sido decisivo para a solução desse conflito entre a modernidade capitalista que se pretendia impor e a resistência tradicional da sociedade de privilégios do coronelismo.

Para outros pesquisadores, nem mesmo o golpe de 1964 foi capaz de romper com as práticas do coronelismo, do patrimonialismo e da política das parentelas, como afirmou Manuel Correia de Andrade, em Seminário realizado em Recife, pelo Programa de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, no ano de 1982: “A velha oligarquia agrária consegue manter sob seu controle alguns espaços de poder, sobre tudo o poder local, a nível de município, apoiando as forças mas retrógradas da política nacional estadual e federal” (ANDRADE, 1984: 38). Somente com a redemocratização é que o coronelismo teria dado seus últimos suspiros, sendo soterrado com os governos locais realizadores das verdadeiras ações modernizadores, como a “Era Jereissati”, no Ceará, que promovera as mudanças na administração pública e a modernização do estado, com suas políticas de desenvolvimento (LEMENHE, 1995).

Um retorno aos anos de 1960, no Ceará, nos faz concluir que as teses até aqui levantadas não se sustentam. Naquele momento, o governo do Ceará encontrava-se sob a batuta de Virgílio Távora, eleito, em 1962, pela “União pelo Ceará”, numa aliança que unia o PSD e a UDN, partidos de oposição nacional, mas que se vinculavam nas eleições locais de acordo com os interesses dos grupos políticos de cada região sob um discurso nacionalista.

Em alguns momentos, como ocorreu na derrota de 1948, o discurso nacionalista, típico do ideário modernizante de Virgílio, gerou denúncias de suspeitas de apoio dos comunistas, o que ele negava, dentre outros aspectos, por medo de perder o apoio da ala conservadora católica, notadamente, após declarações de Luís Carlos Prestes e Leonel Brizola, no que Távora rebateu:

“Surpreenderam-me os dizeres do líder Carlos Prestes, de vez que não pleiteei, não pleiteio e não pleitearei o apoio dos comunistas, nem com eles mantive o menor entendimento. Isto aliás já deixei bem claro na resposta que dei ao questionário ao questionário enviado pela Federação dos Círculos Operários Católicos e em comunicação aos srs. (sic) Arcebispo e Bispo do Ceará.” (Virgílio Távora, em resposta a uma entrevista para algum jornal ou emissora de rádio, na época da campanha para o governo estadual em 1947/48)<sup>6</sup>.

Menos dos comunistas, o nacionalismo de Virgílio Távora se aproximava muito mais de uma política voltada para a implantação de uma cultura desenvolvimentista planejada pelo Estado, evidenciada com a elaboração e implantação do Plano de Metas do Governo (PLAMEG) na máquina administrativa cearense. O coronel era o próprio JK do Ceará, no dia de sua posse para o primeiro governo do estado ele apresentou “ao povo cearense”, “a primeira tentativa honesta e consciente de encerrar uma era de improvisação, dispersão e desperdício no emprego dos dinheiros públicos no Ceará”<sup>7</sup>. O discurso enfatizava uma tentativa de rompimento com as práticas de clientelismo, de apadrinhamento e de patrimonialismo.

O coronel formado pela Escola Superior de Guerra (ESG) fora eleito num momento bastante intricado. O estado tinha atravessado uma seca das mais terríveis de sua história e uma cheia avassaladora que culminara com o arrombamento do açude Orós. O ano de 1958 veio mais uma seca, fenômeno que se expressava cada vez mais social e menos natural<sup>8</sup> enquanto a situação nordestina ia se tornando insustentável para o equilíbrio das forças políticas. A eleição do usineiro Cid Sampaio, em Pernambuco, com amplo apoio dos grupos das esquerdas, inclusive do Partido Comunista que colocava em prática o seu projeto etapista de Revolução Burguesa Nacional como passo

---

<sup>6</sup> Acervo Virgílio Távora, série Produção Intelectual, caixa 02.

<sup>7</sup> Virgílio Távora em seu discurso de lançamento do Plano de Metas de Governo, Plameg, p. 1.

<sup>8</sup> “fenômeno tal qual entendemos hoje: miséria, fome, destruição da produção, dispersão da mão de obra, migrações, invasões das cidades, corrupção saques”. (NEVES, 2.000: 80).

para a revolução do proletariado, o surgimento das ligas camponesas e a organização dos Movimentos Eclesiais de Base criados por católicos que, respaldados pelo Concílio Vaticano II da Igreja Católica, se distanciavam das oligarquias tradicionais, demonstravam que as forças políticas tradicionais nordestinas estavam em crise e que a sociedade nordestina começava a entrar em efervescência.

Em busca de soluções para a “Questão Nordeste”<sup>9</sup>, foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), com o aval do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a assessoria de agências especializadas das Nações Unidas, como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Predominava, desde a Grande Seca de 1877-1879, a política de que a salvação do Nordeste era o armazenamento de água, há muito levada à frente pelo Instituto Nacional de Obras Contra as Secas (IFOCS<sup>10</sup>). Este órgão, posteriormente Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), cuja finalidade de criação deveria ser o combate às agruras humanas ocasionadas pelas secas por meio do armazenamento de água, logo foi dominado pelos interesses eleitoreiros locais que usavam a construção de barragens como moeda em troca de favores sufragistas. O método mais comum na construção das barragens e de estradas era a montagem das frentes de serviço com o objetivo de amenizar o sofrimento de miseráveis trabalhadores rurais e evitar as ondas migratórias para as cidades, muitas vezes transformadas em ondas de saqueadores. Tais práticas eram utilizadas para negociar os votos nas eleições gerando a chamada “indústria da seca”. Agradecidos, os trabalhadores rurais e pequenos proprietários não viam estas obras como um direito, mas como um favor. Por outra, também são consideráveis as denúncias do desvio de verbas do órgão, como a apresentada por Virgílio Távora a um jornal de Fortaleza nas eleições de 1958,

---

<sup>9</sup> Expressão bastante utilizada nos anos de 1980. Ao que tudo indica, tornou-se comum após o Seminário ‘Nordeste – Estrutura Econômica e Social, Desenvolvimento e Processo Políticos’. Os diversos trabalhos apresentados deram origem ao livro organizado por MARANHÃO, Silvio. **A Questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processo políticos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

<sup>10</sup> Em 1919, a IOCS, subordinada ao Ministério de Viação e Obras Públicas, foi transformada em Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), passando a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945. Por muito tempo o DNOCS foi a única agência governamental Federal a executar obras no Nordeste.



“Ora, todo o Ceará tem conhecimento da orgia de despesas das Oposições Coligadas, custeadas pelos vastos recursos federais, utilizados sem limites e sem a menor sombra de escrúpulos, através das verbas fabulosas de bilhões de cruzeiros, do DNOCS e do DNER, verdadeiros financiadores da candidatura de Parsifal Barroso.” (Virgílio Távora, nota de um jornal mimeografa, de 1958)<sup>11</sup>

Foi neste contexto que, no início do ano de 1960, se deu a inauguração do açude Orós, o maior até então construído no Nordeste. Sua construção representava o ápice da política de armazenamento de água como forma de combate às secas, sendo inaugurado em 11 de janeiro de 1961. Na contramão das práticas de armazenamento que se tornavam práticas do tradicionalismo coronelístico, Juscelino lançou a Operação Nordeste a ser capitaneada por Celso Furtado, de onde surgiu o projeto de industrialização do Nordeste como forma de desenvolver a região tirando-a do “atraso” em relação ao restante do país. Para tanto, foram criados o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODEMO) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), por mensagem enviada ao Congresso Nacional, em março de 1959. A ação da SUDENE deveria ser pautada na intervenção planejada do Estado que partisse de um diagnóstico preciso da região. Um ano depois, a SUDENE lançava o seu Primeiro Plano Diretor para o Desenvolvimento do Nordeste que preconizava uma ação intervencionista, racional e planejada. Juscelino já estava no final de seu mandato, tendo pouco tempo para comemorar as realizações da SUDENE, mas teve que amargar a catástrofe do Orós. No dia 26 de março de 1960, a massa da barragem de terra rompeu deixando passar setecentos milhões de metros cúbicos de água que inundaram todo vale do rio Jaguaribe. O arrombamento do Orós era mais uma prova de que não seria mais

“possível que serviços técnicos do governo cometessem um crime daquela ordem, desperdiçando tanto dinheiro e ameaçando a vida e a propriedade de tanta gente, quase sempre pessoas humildes. Não se tratava de acidente fortuito, como aqueles provocados por um raio. Era puro erro de planejamento” (FURTADO, 1997: 137).

Apesar de todas estas políticas modernizadoras implantadas a partir de Juscelino Kubitschek e seguidas no Ceará por Virgílio Távora, a versão tradicional de JANOTTI

---

<sup>11</sup>Acervo Virgílio Távora, Série Produção Intelectual, caixa 02; DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagens.

(1981), LEAL (1975) e QUEIROZ (1969), dentre outros, ainda predomina. Seguindo esse mesmo viés historiográfico nacional, uma vertente cearense identifica o golpe de misericórdia no coronelismo local com a redemocratização com os governos “mudancistas”. O mesmo teria ocorrido na educação com a “Era Jereissati” que, ao promover as mudanças racionais na administração pública, possibilitou a “Revolução da Educação”. Segundo Lemenhe, Tasso Jereissati,

“como mandatário de uma ordem racional legal, segundo a tipificação de Weber, defendia que a instauração de uma administração racional, eficiente e universalista estariam os meios para transformar empreguismo em trabalho produtivo e privilégio em justiça e igualdade” (LEMENHE, 1995: 18-19)

Nossa pesquisa revela que nem Tasso Jereissati é o primeiro a desenvolver um discurso e práticas racionais legais, nem o coronelismo é fruto de relações tradicionais superadas nos anos de Getúlio Vargas, tampouco as relações de poder no semiárido nordestino são relações de simples dominação entre coronéis latifundiários e camponeses analfabetos e por isso dominados e manipulados. Ao contrário do que afirma Lemenhe, de que o ataque aos coronéis e a defesa do poder público a serviço de todos é inaugurado pelas esquerdas e incorporado “ao repertório de um candidato da classe dominante com Tasso Jereissati” (LEMENHE, op. cit.: 19), Virgílio Távora, em seu primeiro governo, já incorporava o discurso de combate aos coronéis na defesa de um Estado a serviço do bem comum.

Nessa política de ação modernizadora a educação receberia lugar de destaque. Assim, Nesse imbricado de conflitos entre o moderno e o antigo, o novo e o velho, elaborou-se o projeto educacional que se consubstanciou no Livro da Professora<sup>12</sup>.

Diante da complexidade aqui exposta, envolvendo políticas públicas, relações de poder e educação escolar, a abordagem em história da educação, tem como referencial os instrumentos analíticos da “Nova História Política” que possam referendar uma

---

<sup>12</sup> O Livro da Professora, uma das principais fontes da pesquisa, foi um projeto educacional elaborado por uma comissão de educadores convocada pelo governador Virgílio Távora que tinham fortes relações com grupos originários da militância em movimentos considerados marxistas pela ala mais conservadora da Igreja Católica, como a JEC (Juventude Estudantil Católica) e a JUC (Juventude Universitária Católica), e em projetos, como o Movimento de Educação de Base (MEB) organizado por clérigos e leigos católicos. Em todos eles havia uma forte influência do solidarismo cristão originado nas mudanças iniciadas pelo Concílio Ecumênico Vaticano II realizado pela Igreja Católica entre outubro de 1962 e dezembro de 1965, e pelas ideias da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire.

“História Política da Educação” respaldada no campo da “Nova História Cultural”. Privilegiamos o espaço escolar como lugar de promoção de educação e as políticas públicas voltadas para a formação do *habitus* modernizante, do progresso e da racionalidade, não significando, porém, desconsiderar os demais espaços, como rituais religiosos dentro e fora dos templos com todos os seus significados, a família, os partidos políticos, as reformas urbanas. Escolhemos a educação escolar por todo imaginário que lhe envolve, seja na academia ou em qualquer outro meio social de cultura letrada.

Diante do marco temporal da pesquisa, um período entre a inauguração das redes de transmissão de energia elétrica de Paulo Afonso para o Cariri, em 1961, início da elaboração do PLAMEG e das políticas de modernização vistas pelo alto, e o ano de 1971, quando, apesar, do recolhimento do Livro da Professora, foram publicados livros que buscaram inspiração no projeto recolhido, o que demonstra que as táticas (CERTEAU, 1994: 100) dos elaboradores do projeto lograram efeitos, apesar das perseguições e dos limites impostos pelos poderes do Estado autoritário. Nosso personagem central é Virgílio Távora, ou simplesmente Virgílio, ou Távora, ou ainda, VT, como se referiam normalmente os jornalistas cearenses, a quem denominamos de **um coronel de novo tipo**. VT ganhou este lugar por entendermos que por mais que o ato de governar tenha as intenções da racionalidade, toda ação racional é perpassada de subjetividades adquiridas ao longo das experiências vivenciadas pelos sujeitos realizadores das ações. Assim, não se podem pensar as ações de um dirigente político, como de qualquer outro ser social, sem considerar o conjunto de influências por ele recebidas ao longo de sua vida. Não há como pensar a história sem os seus sujeitos, enquanto seres historicamente formados nos seus diversos espaços sociais: família, escola, partido, amigos, intelectuais lidos. Não basta apenas que o historiador identifique o que aconteceu durante um determinado governo, quantos e quais projetos educacionais foram elaborados, quantas escolas foram inauguradas, quantos professores contratados, indústrias construídas, mas quem era o governante? Qual a sua história? Quais os seus referenciais políticos, éticos e morais? Pois, como referenda BLOCH (2001, p. 54),

“por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, os artefatos ou as máquinas, por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que história quer capturar”.

Não se trata de transformar Virgílio Távora em herói ou exemplo moral e cívico, mas de compreendê-lo a partir do ambiente social e histórico no qual estava inserido. Certamente isso auxilia na compreensão de um coronel, engenheiro militar, que, no exercício de seu primeiro mandato no governo do Estado do Ceará (1963-66) vivia as hesitações entre uma política modernizadora que abria espaço para educadores influenciados por ideias “perigosas” ao *status quo* e o conservadorismo do clientelismo entre os grupos de parentela e de amizade política. Assim, procuramos identificar a trajetória de vida deste governante, em especial os caminhos que o levaram à condição de político profissional, uma vez que transformou “a política, em seu mais profundo termo, em fim de sua vida” (WEBER, 2008: 64-5), culminando com a sua chegada ao comando do governo estadual, num momento de consideráveis transformações culturais locais e nacionais, frente a um mundo dividido e indeciso diante das ameaças da Guerra Fria. Deste modo, buscamos dar rostos à pesquisa, um deles é um coronel de patente adquirida nas escolas militares do Rio de Janeiro, nos anos de 1940, que governou o Ceará por duas vezes, além de ocupar diversos outros cargos políticos ao longo de sua vida.

Buscamos compreender as relações do projeto educacional publicado, no Ceará, em sua primeira edição no dia 25 de março de 1964, com o título de Livro da Professora, no primeiro governo de Virgílio Távora, entre 1963 e 1966, e o Plano de Metas de seu Governo (Plameg<sup>13</sup>), conhecido como PLAMEG I. O projeto educacional para o Estado do Ceará foi elaborado por professores educadores convidados pelo governador Virgílio Fernandes Távora com vistas a contemplar o setor de educação formal de seu Plano de Metas. Poucos dias depois, por meio de um golpe de Estado em desrespeito à Constituição Nacional e ao Estado de Direito, chegava ao governo federal um conjunto de militares dispostos a fazerem uma varredura nas forças comunistas e populistas que proliferavam pelo País. Era o início de um dos períodos mais

---

<sup>13</sup> O PLAMEG era o primeiro Plano de Governo para o Estado do Ceará organizado durante toda história da República.

conturbados da História do Brasil. Durante os 20 anos que se seguiram sobram excessos tanto dos usurpadores do poder como de seus opositores.

Considerando-se que a educação escolar é uma “prática social e cultural que se articula a outras diferentes práticas” (VEIGA, 2003: 36), inserida num campo de tensões e disputas políticas e culturais condicionadoras dos projetos educacionais, identifica-se que os debates educacionais de então não passavam somente pela educação escolar, mas que abrangiam projetos de sociedade e expressavam disputas de interesses dos diversos grupos sociais neles envolvidos. Assim, analisa-se o projeto educacional escolar para o Estado do Ceará, no primeiro governo de Virgílio Távora (1963-1966), a partir dos investimentos deste governo, com vistas à criação de uma política de Estado caracterizada pela aparente dicotomia entre o desenvolvimentismo e o conservadorismo, coligamos as identificações entre o Plano de Governo e os projetos educacionais de então, partindo-se das relações de táticas e estratégias (CERTEAU, op. cit.: 97-102) utilizadas por seus elaboradores para inserirem um projeto educacional sob a influência do pensamento do escolanovismo, de Piaget e Paulo Freire, para muitos uma forma de subverter a sociedade pela via educacional. Identificamos as aproximações dos dois projetos (O Livro da Professora e o Plameg) e distanciamentos e qual o alcance temporal e espacial de cada um deles. Aproximamos seus avanços e limites frente a uma história de longa duração (BRAUDEL, op. cit.: 25), pautada na cultura da cordialidade do brasileiro (HOLANDA, 2002: 1044-1055).

Buscamos identificar as relações de complementaridades e contradições entre o Livro da Professora, o Plameg e as práticas e *habitus* políticos de então. Relações que entrelaçavam um projeto educacional que idealizava um “mundo que será de homens livres, livres da ignorância, livres da fome, livres do medo, livres do egoísmo esterilizante, sujeitos de seu próprio destino e de sua própria história” (Livro da Professora, p. 9), com um o projeto de Planejamento Racional Desenvolvimentista na administração pública e com práticas tradicionais do conservadorismo clientelista ao qual traduzimos como sendo o *habitus* ou o “Espírito” das práticas políticas de então, numa perspectiva weberiana, ou seja, “uma individualidade histórica, isto é, um complexo de conexões que se dão na realidade histórica e que nós encadeamos conceitualmente em um todo, do ponto de vista de sua significação” (WEBER, 2004: 41).

Ao mesmo tempo em que Virgílio Távora defendia, em seus discursos, a seriedade e o tecnicismo no aparelho burocrático-administrativo e na educação, não poucas vezes utilizou a mesma máquina para garantir os “cabides” de empregos aos seus correligionários, reforçando a prática da política de parentela e de amizade, o que pode ser identificado em alguns bilhetes encontrados em seu acervo, no Arquivo Público do Ceará. Paralelo às práticas desenvolvimentistas e planejadas, Virgílio Távora mantinha a tradição da confluência do público com privado. Sua casa era abrigo das “mulheres que vinham da periferia, dos sertões e das falésias para pedir ajuda ao Coronel e Dona Luíza”,<sup>14</sup> ação típica do “mecanismo tradicional de criar fidelidades quando a ideologia não consegue” (PARENTE, 2000: 386).

Assim, Virgílio migrava, por meio de suas práticas políticas, nos três “tipos puros”, segundo a classificação weberiana, de dominação legítima: a racional, a legítima tradicional e carismática, como se apresenta respectivamente a seguir:

1. “baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude das ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal)”;
2. “baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade (dominação tradicional)”.
3. “baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas”.(dominação carismática) (WEBER, 1999: 141).

As articulações políticas e educacionais identificadas na elaboração do Plameg e do Livro da Professora é um bom referencial dessa relação, ora pessoal, ora impessoal de fazer governo. Ao mesmo tempo, mais uma vez recorrendo a BRAUDEL (1983), enquanto as relações pessoais e de dominação tradicional tinham um caráter de longa duração, as relações de dominação legal seriam mais efêmeras, fora das tradições das relações políticas ainda hoje vigentes na sociedade brasileira. Tais observações somadas às análises dos projetos educacionais, perpassados de interesses, ideologias, opções de visões de mundo, nos permite ponderar a educação escolar enquanto processo político que ganha visibilidade sempre que mudanças, sejam reformistas ou revolucionárias, são

---

<sup>14</sup>Tereza Maria Távora Ximenes, *Meu Pai: uma paixão serena, uma marca inesquecível*. IN: Ceará, Secretaria de Cultura do Ceará, Inventário do Acervo de Virgílio Távora. Fortaleza, Secult, 2003, s/p.

suscitadas nas entranhas do Estado e da sociedade, como ocorreu no momento aqui estudado.

Em síntese, considerando a pesquisa em andamento, já podemos levantar as seguintes observações à guisa de conclusão:

1. O Plameg de Virgílio Távora objetivava a racionalidade administrativa do governo do Estado numa perspectiva de instrumentalizá-lo melhor com vistas ao projeto desenvolvimentista nacional e modernizante de combate ao tradicionalismo no contexto da Guerra Fria;
2. Virgílio Távora procurava, por meio de uma ação social (o Plameg) como líder político de influência nacional e governador do Estado, criar uma máquina administrativa burocrática, racional e anônima, típica do ideário da modernidade tardia brasileira, mas que se defrontava com o patrimonialismo tradicional da política nacional e local, que era praticada, inclusive, pelo próprio Virgílio Távora;
3. As reformas administrativas e políticas do Estado exigiam reformas educacionais que acomodassem educação e desenvolvimentismo planejado pelo alto;
4. O debate educacional da época possibilitou que fosse elaborado o Livro da Professora que em muitos aspectos ia de encontro ao projeto educacional do Plameg, mas que em outros ia ao encontro, o que demonstra dinamicidade histórica pautada nas mudanças e permanências na História de curta, média e longa duração.

## Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2001.
- ANDRADE, Manoel Correa de. “Formação Econômico-social e Processos Políticos no Nordeste Brasileiro”. IN: MARANHÃO, Sílvia MARANHÃO, Sílvia (org.). **A Questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica , desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (coleção Estudos sobre o Nordeste; v. 16)
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II**. Lisboa: Livraria Martins Fontes editora Ltda, 1983. Título Original: La Méditerranée et le monde méditerranéen a l'époque de Philippe II. Librairie Armand Colin, 1966.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DOMINGOS Neto, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba**. São Paulo: Annablume, 2010.
- FURTADO, Celso. **Obra autobiografada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Tomos I e II.
- GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza: Editora do Instituto Histórico do Ceará, 1947.
- GOUBERT, Pierre. **Mazarin**: Paris : Fayard, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S. A., 2002, pp. 899-1102. Coleção Intérpretes do Brasil, v. 3.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 7ª. edição. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil**. 4ª. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LADUIRE, Emmanuel Le Roy. **Os Camponeses do Languedoc**. Lisboa: Editora Estampa, 1997. Coleção Nova História.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder: o(caso) dos coronéis**. São Paulo: Annablume/Edições UFC,1995. (Selo Universidade: 44).
- NEVES, Frederico “A seca na história do Ceará”. IN SOUZA Simone (org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000.
- PARENTE, Francisco Josênio C. “O Ceará dos ‘Coronéis’ (1945-1986)”. In: SOUSA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SHCHWARTCZ, Lilian Moritz. Apresentação de BLOCH, Marc. **A apologia da História, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editota, 2001.



VEIGA, Cynthia Greive. “História Política e História da Educação” In: FONSECA, Thais Nívia de Lima e, VEIGA, Cynthia Greive. **História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. Volumes 1.

\_\_\_\_\_. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2008.